

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

Com relatório dos auditores independentes

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	9

Notas explicativas

1 CONTEXTO OPERACIONAL	10
2 SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	10
3 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	12
4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	12
5 CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	16
6 IMOBILIZADO	18
7 INTANGÍVEL	22
8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	23
9 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	24
10 TRIBUTOS A RECOLHER	29
11 TRIBUTOS DIFERIDOS	29
12 PROVISÕES PARA LITÍGIOS	30
13 OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	31
14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33
15 RECEITA OPERACIONAL BRUTA	36
16 COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE	37
17 PESSOAL E ADMINISTRADORES	37
18 RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO	38
19 REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO	38
20 CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	42
21 CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	48
22 CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	48
23 EVENTOS SUBSEQUENTES	48



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.
Belém - PA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 25 de março de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 29 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F


Nathália Araújo Domingues
Contadora CRC CE-020833/O

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)



	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	20	807.202	1.318.174	Fornecedores	20	1.313.924	1.270.140
Investimentos temporários	20	1.923.169	2.295.368	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	503.254	1.659.181
Consumidores	5	2.185.751	1.994.883	Obrigações sociais e trabalhistas		63.949	53.789
Concessionárias e permissionárias	5	809	799	Benefício pós emprego		1.708	1.546
Serviços em curso		117.752	119.832	Tributos a recolher	10	261.911	258.353
Tributos compensáveis		291.319	413.612	Provisões para litígios	12	10.063	9.693
Depósitos judiciais e cauções	12	5.497	196	Dividendos declarados	14.5	299.251	363.228
Almoxarifado operacional		28.545	19.267	Encargos setoriais		79.548	96.887
Ativos financeiros setoriais	8	287.271	448.076	Passivos financeiros setoriais	8	387.915	530.838
Despesas pagas antecipadamente		20.418	17.467	Instrumentos financeiros derivativos	9.4	91	57
Instrumentos financeiro derivativos		-	6	Outros passivos circulantes		699.131	601.740
Outros ativos circulantes		937.835	681.469	Total do passivo circulante		3.620.745	4.845.452
Total do ativo circulante		6.605.568	7.309.149	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos, financiamentos e debêntures			
Investimentos temporários	9.3	23.185	20.556	Benefício pós emprego		79.512	64.114
Consumidores	5	217.165	243.931	Tributos a recolher	10	134.474	127.448
Serviços em curso		38.033	23.447	Provisões para litígios	12	140.944	121.168
Tributos compensáveis		501.939	427.294	Encargos setoriais		91.218	52.109
Depósitos judiciais e cauções	12	138.481	157.701	Tributos diferidos	11	2.057.584	1.536.744
Tributos diferidos	11	650.725	167.481	Passivos financeiros setoriais	8	286.186	234.044
Ativos financeiros setoriais	8	170.150	47.485	Instrumentos financeiros derivativos	9.4	116.329	31.851
Despesas pagas antecipadamente		3.250	-	Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	13	7.225.849	6.157.255
Bens e Direitos para Uso Futuro		2.708	2.708	Outros passivos não circulantes		966.141	973.477
Benefício pós emprego		12.193	9.872	Total do passivo não circulante		18.943.929	15.469.724
Instrumentos financeiro derivativos		-	141.977	Patrimônio líquido			
Outros ativos não circulantes		344.817	397.762	Capital social	14	1.633.607	1.624.459
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		3.608	5.310	Reserva de capital		37.215	34.092
Imobilizado	6	17.799.869	15.479.744	Reserva de lucros		1.514.918	440.195
Intangível	7	406.451	289.979	Outros resultados abrangentes		1.167.728	1.216.891
Total do ativo não circulante		20.312.574	17.415.247	Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	1.093.583
Total do Ativo		26.918.142	24.724.396	Total do patrimônio líquido		4.353.468	4.409.220
				Total do passivo e patrimônio líquido		26.918.142	24.724.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de Reais)

	Notas	2025	2024
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso	15	11.765.466	11.185.141
Fornecimento de energia elétrica		9.205.181	9.427.542
Suprimento de energia elétrica		88.027	57.383
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		726.533	593.400
Ativos e passivos financeiros setoriais		75.090	(159.303)
Serviços cobráveis		18.631	17.972
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		1.652.004	1.248.147
Tributos		(2.795.996)	(2.760.818)
ICMS		(1.948.706)	(1.941.798)
PIS-PASEP		(150.907)	(162.055)
COFINS		(695.085)	(655.429)
ISS		(1.298)	(1.536)
Encargos - Parcela "A"		(700.722)	(616.072)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(41.019)	(38.210)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(41.342)	(39.037)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(587.399)	(527.666)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(11.604)	(11.159)
Outros encargos		(19.358)	-
Receita líquida / Ingresso líquido		8.268.748	7.808.251
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(4.987.328)	(4.689.534)
Energia elétrica comprada para revenda		(3.837.847)	(3.520.890)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(1.149.481)	(1.168.644)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		3.281.420	3.118.717
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(1.319.597)	(1.128.044)
Pessoal e administradores	17	(238.287)	(190.865)
Material		(27.890)	(29.658)
Serviços de terceiros		(687.031)	(569.759)
Arrendamento e aluguéis		(13.514)	(12.234)
Seguros		(1.474)	(1.134)
Doações, contribuições e subvenções		(7.069)	(7.868)
Provisões		(294.874)	(349.566)
Perdas na alienação de bens e direitos		(214.866)	(113.985)
(-) Recuperação de despesas		651.071	630.652
Tributos		(3.413)	(3.595)
Depreciação e amortização		(486.316)	(508.628)
Gastos diversos		(71.213)	(75.216)
Outras receitas operacionais		101.937	121.125
Outras gastos operacionais		(26.658)	(17.313)
Resultado da Atividade		1.961.823	1.990.673
Resultado Financeiro		(431.588)	(233.960)
Despesas financeiras		(1.473.357)	(1.140.784)
Receitas financeiras		1.041.769	906.824
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		1.530.235	1.756.713
Despesa com impostos sobre o lucro		(252.317)	(218.930)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(52.850)	(132.807)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(199.467)	(86.123)
Resultado líquido do exercício		1.277.918	1.537.783
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		1.233.181	1.483.948
Acionistas não controladores		44.737	53.835
Lucro por ação básico e diluído - R\$			
Ação ordinária		0,57849	0,69612
Ação preferencial nominal - A		0,57868	0,69589
Ação preferencial nominal - B		0,57849	0,69612
Ação preferencial nominal - C		0,57849	0,69612
Quantidade de ações ordinárias no final do exercício (em milhares de ações)		2.209.074	2.209.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.277.918	1.537.783
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Realização da reserva de reavaliação	(74.765)	(73.721)
Resultados abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos)	25.602	(12.777)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(49.163)	(86.498)
Total resultados abrangentes	1.228.755	1.451.285
Acionistas controladores	1.185.739	1.400.478
Acionistas não controladores	43.016	50.807
Total dos resultados abrangentes	1.228.755	1.451.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes			Lucros acumulados	Proposta para distribuição de dividendos adicionais	Total
			Outros	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.624.459	33.995	(18.989)	1.322.378	458.305	-	1.260.206	4.680.354
Valor justo das opções de compra - <i>vesting period</i>	-	(1.040)	-	-	-	-	-	(1.040)
Valor justo das opções de compra <i>Matching shares- vesting period</i>	-	1.137	-	-	-	-	-	1.137
Dividendos adicionais pagos 2023	-	-	-	-	-	-	(1.260.206)	(1.260.206)
Reavaliação compulsória regulatória	-	-	-	(73.721)	(548.071)	9.005	-	(612.787)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.537.783	-	1.537.783
Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	-	-	-	-	-	438.291	-	438.291
Resultado abrangentes do exercício								
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	-	-	(37.706)	-	-	-	-	(37.706)
Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	-	-	12.820	-	-	-	-	12.820
Resultados abrangentes benefícios pós-emprego	-	-	18.347	-	-	-	-	18.347
Tributos diferidos sobre benefícios pós-emprego	-	-	(6.238)	-	-	-	-	(6.238)
Destinação Proposta à A.G.O.								
Reserva legal	-	-	-	-	29.513	(29.513)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	500.420	(500.420)	-	-
Reserva de investimento	-	-	-	-	28	(28)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(361.535)	-	(361.535)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(1.093.583)	1.093.583	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.624.459	34.092	(31.766)	1.248.657	440.195	-	1.093.583	4.409.220
Valor justo das opções de compra - <i>vesting period</i>	-	1.070	-	-	-	-	-	1.070
Valor justo das opções de compra <i>Matching shares- vesting period</i>	-	2.053	-	-	-	-	-	2.053
Aumento de capital	9.148	-	-	-	(9.148)	-	-	-
Dividendos adicionais pagos 2024	-	-	-	-	-	-	(1.093.583)	(1.093.583)
Reavaliação compulsória regulatória	-	-	-	(74.765)	(180.119)	8.588	-	(246.296)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.277.918	-	1.277.918
Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	-	-	-	-	-	274.736	-	274.736
Resultado abrangentes do exercício								
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	-	-	51.069	-	-	-	-	51.069
Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	-	-	(17.363)	-	-	-	-	(17.363)
Resultados abrangentes benefícios pós-emprego	-	-	(12.279)	-	-	-	-	(12.279)
Tributos diferidos sobre benefícios pós-emprego	-	-	4.175	-	-	-	-	4.175
Destinação Proposta à A.G.O.								
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	363.647	(363.647)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(297.252)	-	(297.252)
Constituição de Reserva de Investimentos	-	-	-	-	900.343	(900.343)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.633.607	37.215	(6.164)	1.173.892	1.514.918	-	-	4.353.468

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de Reais)

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	1.277.918	1.537.783
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalente de caixa		
Amortização e Depreciação	486.316	508.628
Juros e variações monetárias	599.166	809.607
Baixas no intangível/ ativo imobilizado/ Obrigações vinculadas à concessão	117.934	72.741
Reversão para perdas de estoques	20.599	(6.009)
Ajuste a valor presente	14.841	7.371
Ativos/passivos financeiros setoriais	23.618	268.516
Provisão para litígios	66.398	24.651
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	250.813	181.492
Rendimentos de investimentos temporários	(470.604)	(224.957)
Ganhos líquidos com instrumentos derivativos	401.213	(212.183)
Valor justo das opções de compra	10.287	652
Imposto de renda e contribuição social	199.469	86.123
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(430.394)	129.984
Obrigações Pós-Emprego	7.372	8.419
Encargos com geração distribuída	-	2.882
Subtotal	2.574.946	3.195.700
Redução (aumentos) de ativos		
Consumidores	(408.941)	(166.546)
Concessionários e permissionárias	(10)	(799)
Serviços em curso	10.037	15.767
Depósitos vinculados a litígios	39.379	(17.013)
Almoxarifado operacional	(9.278)	(7.170)
Tributos compensáveis	47.648	(72.229)
Encargos setoriais a compensar	-	5.911
Despesas pagas antecipadamente	(6.201)	(564)
Ativos financeiros setoriais	97.857	110.421
Plano de aposentadoria e pensão	(399)	(845)
Outros ativos	(203.421)	(145.605)
	(433.329)	(278.672)
Redução (aumentos) de passivos		
Fornecedores	(16.898)	(94.954)
Tributos a recolher	(33.155)	22.909
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(100.152)	(89.198)
Plano de aposentadoria e pensão	(6.013)	(5.076)
Tributos diferidos	483.242	2.823
Provisão para litígios	(71.712)	(27.974)
Encargos setoriais	(84.108)	(117.866)
Passivo financeiros setoriais	(90.781)	(75.180)
Outros passivos	49.431	164.088
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	129.854	(220.428)
Rendimentos de aplicações financeiras	470.604	224.957
Encargos de dívidas pagos	(706.627)	(415.469)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(155.730)	(176.683)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.879.718	2.329.405
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições no ativo imobilizado	(3.143.658)	(2.214.661)
Aquisições no ativo intangível	(105.463)	(95.884)
Obrigações vinculadas a concessão	1.500.277	1.669.194
Resgates (aplicações) financeiros	369.570	(1.348.031)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.379.274)	(1.989.382)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos	3.248.507	2.715.471
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(2.805.111)	(401.344)
Dividendos pagos	(1.454.812)	(1.678.075)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.011.416)	636.052
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(510.972)	976.075
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.318.174	342.099
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	807.202	1.318.174
	(510.972)	976.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1 Contexto operacional

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Pará" ou "Outorgada"), sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no estado do Pará, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A. tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o estado do Pará, com 1.245.829 km² (*), atendendo, em 31 de dezembro de 2025, 3.092.955(*) consumidores em 144 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 28 de março de 2025, com fundamento na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024 e no Termo Aditivo aprovado por meio do Despacho ANEEL nº 517/2025, a Companhia protocolou o pedido de prorrogação do Contrato de Concessão por mais 30 (trinta) anos, contados a partir do seu término, requerendo também a antecipação dos efeitos da prorrogação, conforme previsto no art. 10 do referido Decreto. A ANEEL aprovou o pleito de prorrogação do Contrato de Concessão da Equatorial Pará em 22 de julho de 2025, por meio do Despacho nº 2.202/2025, com base nos critérios de atendimento aos indicadores de qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira, bem como comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e de qualificação jurídica. Atualmente, o processo se encontra no MME em vias de emissão do Ato de Prorrogação, seguido da convocação para a cerimônia de assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

1.2 Fornecimento de energia elétrica aos sistemas isolados

Em licitação na modalidade de leilão (Leilão 02-2016 ANEEL), realizada pela ANEEL em abril de 2016, 23 usinas Termelétricas – UTE passaram a ser operadas pelo vencedor da licitação Consórcio Energia do Pará (CEPA) que desde fevereiro de 2017 tem a responsabilidade pela geração em todos os municípios que ainda não foram conectados ao Sistema Nacional Interligado (SIN), perdendo assim a validade do contrato 181/1998.

Os prazos previstos deste contrato eram, em sua maioria, de 5 anos, prorrogáveis por mais 12 meses. Entretanto, dado os prazos de interconexão ao SIN previstos nas Resoluções Autorizativas Aneel Nº 9.536/2020 e 10.986/2021, foi permitido, via despacho Aneel Nº 3.641/2020, aditamento do contrato por mais 2 anos.

O processo do leilão 02-2016 tornou o Consórcio Energia do Pará (CEPA) o novo PIE (Produtor Independente de Energia), cabendo à Companhia a distribuição de energia elétrica nos municípios de objeto da licitação e manterá o mecanismo de reembolso de despesas inerentes ao processo do sistema isolado de energia elétrica, conforme REN 1.016/2022.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Equatorial Pará, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (custos da Parcela A); e (2) uma parcela de custos operacionais (custos da Parcela B). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (ajuste escalar) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à consumidores livres no mercado livre - ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, autogeradores, comercializadores e importadores de energia. Após a licitação, modalidade de leilão (Leilão 02-2016 ANEEL), realizada pela ANEEL em abril de 2016, todas as usinas passaram a ser operadas pelo vencedor da licitação Consórcio Energia do Pará (CEPA) que a partir de fevereiro/2017 tem a responsabilidade pela geração em todos os municípios que ainda não foram conectados ao Sistema Nacional Interligado (SIN), perdendo assim a validade do contrato 181/1998. Os prazos deste contrato, em sua maioria, serão de 5 anos prorrogáveis por mais 12 meses.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de consumidores livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas os geradores privados são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização da Rede Básica, como também o consumidor, após atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica são atribuições do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 20 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatório e societário.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Companhia em 29 de abril de 2026.

4 Principais políticas contábeis regulatórias

As políticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias apresentadas na nota explicativa nº 3 – Políticas contábeis materiais, emitidas em 25 de março de 2026, exceto ao CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, OCPC 05 – Contrato de Concessão, ICPC 01(R1) – Contratos de Concessão e quanto ao que se estabelece abaixo

4.1 Ativos e passivos financeiros setoriais

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Companhia contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão.

Os ativos e passivos financeiros setoriais serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

4.2 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2025. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.3 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no MCSE. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Companhia tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

4.4 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando aplicada, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.5 Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos da União, Estado e Município consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

4.6 Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 30 de setembro de 2023, e está de acordo com a base homologada na Revisão Tarifária Periódica pela ANEEL na Resolução homologatória nº3.243, de 15 de agosto de 2023.

4.7 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é faturada.

A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada quando o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



5 Consumidores, concessionárias e permissionárias

5.1 Composição das contas a receber

Descrição - R\$ Mil	Valores correntes								Valores renegociados								2025	2024	
	Corrente a vencer				Corrente vencida				Renegociado a vencer			Renegociada vencida							
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ devedores duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	(-) Ajuste a Valor Presente	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			Provisão p/ devedores duvidosos
Fornecimento de energia	1.012.047	15.146	282.279	148.228	137.286	218.566	906.314	(861.174)	45.042	479.261	(7.460)	19.537	26.875	37.050	70.389	415.359	(541.829)	2.402.916	2.238.814
Residencial	250.445	7.030	202.516	82.143	65.749	108.061	589.109	(488.630)	25.955	234.046	29.281	10.939	13.731	18.696	35.631	333.707	(403.694)	1.114.715	1.097.462
Industrial	72.389	654	5.230	2.485	2.268	2.375	24.554	(21.733)	1.133	9.291	(732)	466	381	864	1.074	11.572	(13.728)	98.543	93.485
Comercial	125.531	4.521	28.799	10.299	9.030	11.197	73.392	(65.109)	3.120	21.740	491	1.018	1.122	1.358	3.139	36.061	(40.030)	225.679	216.082
Rural	25.630	1.188	16.970	22.065	23.122	38.762	179.730	(145.232)	3.017	23.176	1.377	1.144	1.693	2.070	3.892	25.006	(33.779)	189.831	169.584
Poderes Públicos	76.517	615	16.039	10.116	5.815	5.276	21.053	(24.096)	4.873	66.774	(2.865)	1.276	1.008	793	686	5.839	(12.864)	176.855	157.251
Iluminação Pública	3.374	1.131	615	1.196	1.836	1.079	4.802	(4.539)	788	14.338	(1.166)	64	69	80	81	373	(2.178)	21.943	19.400
Serviço Público	23.771	7	12.110	19.924	29.466	51.816	13.674	(50.602)	6.156	109.896	(33.846)	4.630	8.871	13.189	25.886	2.801	(35.556)	202.193	149.099
Serviço Taxado	11.630	-	-	-	-	-	-	(5.065)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.565	21.901
Fornecimento Não Faturado	266.514	-	-	-	-	-	-	(10.074)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	256.440	241.873
(-) Arrecadação Processo	225	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	225	(414)
Outros	156.021	-	-	-	-	-	-	(46.094)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	109.927	73.091
Consumidores total																		2.402.916	2.238.814
Consumidores circulantes																		2.185.751	1.994.883
Consumidores não circulantes																		217.165	243.931
Concessionárias e permissionárias	809,00																	809	799
Total	1.012.856	15.146	282.279	148.228	137.286	218.566	906.314	(861.174)	45.042	479.261	(7.460)	19.537	26.875	37.050	70.389	415.359	(541.829)	2.403.725	2.239.613

5.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

5.2.1 Critérios

A Companhia adota metodologia de estimativa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com base no risco de crédito dos valores a receber, segregados por faixa de atraso (*aging /is/*). A estimativa considera a experiência histórica de perdas, apurada a partir do histórico de recebimento dos últimos cinco anos e do comportamento do contas a receber dos 36 meses anteriores, resultando em uma matriz de provisão que reflete o comportamento de pagamento e a inadimplência dos consumidores.

Parcelamentos relevantes com garantias contratuais são avaliados individualmente quanto ao risco de crédito e submetidos à governança da alta administração. Os ativos financeiros sem expectativa razoável de recuperação são baixados do valor contábil bruto, sendo os títulos vencidos há mais de cinco anos baixados integralmente. Não é esperada recuperação relevante dos valores baixados, sem prejuízo da adoção de medidas de cobrança.

5.2.2 Movimentação do saldo

	2024	Provisões /Reversões (a)	Baixas	2025
Contas a receber de consumidores faturados	(686.849)	(174.533)	61.441	(799.941)
Parcelamentos	(568.182)	(44.822)	71.175	(541.829)
Contas a receber de consumidores não faturados	(12.757)	2.683	-	(10.074)
Outras (b)	(45.392)	(10.297)	4.530	(51.159)
Total	(1.313.180)	(226.969)	137.146	(1.403.003)

- (a) A movimentação líquida do exercício gerou um complemento de provisão no montante de R\$ 226.969, com impacto no resultado operacional e financeiro de R\$ 224.313 e de R\$2.656, respectivamente; e
- (b) A rubrica de outras é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 7 de dezembro de 2021

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



6 Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 2025	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 2025	Valor Líquido em 2024	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	44.660	44.660	-	(35.940)	8.720	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	55	55	-	-	55	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	10.854	10.854	-	(9.229)	1.625	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	33.751	33.751	-	(26.711)	7.040	-	-	-	-
Distribuição	20.624.858	-	(232.815)	2.740.381	(280.352)	22.852.072	2.507.566	(8.040.695)	14.811.377	13.178.308	(7.968.763)	2.799.097	(5.169.666)
Terrenos	72.958	-	-	58	22.656	95.672	58	-	95.672	72.958	-	-	-
Edificações, obras cíveis e benfeitorias	278.077	-	-	13.549	56.968	348.594	13.549	(170.475)	178.119	143.036	-	-	-
Máquinas e equipamentos	20.263.664	-	(232.815)	2.721.296	(353.208)	22.398.937	2.488.481	(7.869.415)	14.529.522	12.959.268	-	-	-
Veículos	1.236	-	-	5.478	-	6.714	5.478	(493)	6.221	1.154	-	-	-
Móveis e utensílios	8.923	-	-	-	(6.768)	2.155	-	(312)	1.843	1.892	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.968.763)	2.799.097	(5.169.666)
Administração	324.933	-	(96)	11.171	98.931	434.939	11.075	(262.924)	172.015	107.113	(1.671)	494	(1.177)
Terrenos	-	-	-	-	7.532	7.532	-	-	7.532	-	-	-	-
Edificações, obras cíveis e benfeitorias	48.565	-	(96)	41	28.693	77.203	(55)	(20.655)	56.548	34.823	-	-	-
Máquinas e equipamentos	226.410	-	-	11.130	43.287	280.827	11.130	(193.381)	87.446	65.166	-	-	-
Veículos	23.832	-	-	-	30.707	54.539	-	(43.346)	11.193	144	-	-	-
Móveis e utensílios	26.126	-	-	-	(11.288)	14.838	-	(5.542)	9.296	6.980	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.671)	494	(1.177)
Subtotal	20.949.791	-	(232.911)	2.751.552	(136.761)	23.331.671	2.518.641	(8.339.559)	14.992.112	13.285.421	(7.970.434)	2.799.591	(5.170.843)
Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 2025	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 2025	Valor Líquido em 2024	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	417	-	-	-	-	417	-	-	417	417	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	279	-	-	-	-	279	-	-	279	279	-	-	-
Outros	138	-	-	-	-	138	-	-	138	138	-	-	-
Distribuição	2.127.696	3.310.376	-	(2.740.474)	-	2.697.598	569.902	-	2.697.598	2.127.696	(2.055.860)	-	(2.055.860)
Máquinas e Equipamentos	1.811.692	3.100.630	-	(2.718.273)	-	2.194.049	382.357	-	2.194.049	1.811.692	-	-	-
Outros	316.004	209.746	-	(22.201)	-	503.549	187.545	-	503.549	316.004	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.055.860)	-	(2.055.860)
Administração	66.210	52.760	-	(9.228)	-	109.742	43.532	-	109.742	66.210	854	-	854
Máquinas e Equipamentos	58.658	52.752	-	(9.228)	-	102.182	43.524	-	102.182	58.658	-	-	-
Outros	7.552	8	-	-	-	7.560	8	-	7.560	7.552	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	854	-	854
Subtotal	2.194.323	3.363.136	-	(2.749.702)	-	2.807.757	613.434	-	2.807.757	2.194.323	(2.055.006)	-	(2.055.006)
Total do ativo imobilizado	23.144.114	3.363.136	(232.911)	1.850	(136.761)	26.139.428	3.132.075	(8.339.559)	17.799.869	15.479.744	(10.025.440)	2.799.591	(7.225.849)

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Depreciação e Amortização acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Em serviço					
Geração	5,06%	44.660	(35.940)	8.720	-
Custo Histórico		10.104	(8.265)	1.839	-
Reavaliação		34.556	(27.675)	6.881	-
Distribuição	5,29%	22.852.072	(8.040.695)	14.811.377	13.178.308
Custo Histórico		17.008.535	(4.854.573)	12.153.962	13.178.308
Reavaliação		5.843.537	(3.186.122)	2.657.415	-
Administração	9,40%	434.939	(262.924)	172.015	107.113
Custo Histórico		220.056	(119.136)	100.920	107.113
Reavaliação		214.883	(143.788)	71.095	-
Subtotal		23.331.671	(8.339.559)	14.992.112	13.285.421
Em curso					
Geração		417	-	417	417
Distribuição		2.697.598	-	2.697.598	2.127.696
Administração		109.742	-	109.742	66.210
Subtotal		2.807.757	-	2.807.757	2.194.323
Total		26.139.428	(8.339.559)	17.799.869	15.479.744

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é conforme a seguir demonstrada:

Adições do ativo imobilizado em curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	2	-	-	730	732
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.569	33.020	1.780	6	115	36.490
Máquinas e Equipamentos	1.393.222	1.537.287	152.197	69.144	1.515	3.153.365
Desenvolvimento de Projetos	76	865	-	-	6	947
Transformação, Fabricação e Reparo de	77	-	-	-	-	77
Material em Depósito	174.072	-	-	-	-	174.072
Adiantamento a Fornecedores	3.543	-	-	-	-	3.543
Outros	18.225	236	-	-	(24.551)	(6.090)
Total	1.590.784	1.571.410	153.977	69.150	(22.185)	3.363.136

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Geração	Taxas anuais de depreciação (%)
GERADOR	3,33%
PAINEL, MESA DE COMANDO E CUBÍCULO	3,57%
EDIFICAÇÕES - OUTRAS	3,33%
TRANSFORMADOR DE SERVIÇOS AUXILIARES	3,33%
MOTOR DE COMBUSTÃO INTERNA	6,67%
SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR - BATERIA	20,00%

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Distribuição	Taxas anuais de depreciação (%)
BANCO DE CAPACITORES PARALELO>69 KV	5,00%
BANCO DE CAPACITORES PARALELO< 69KV	6,67%
CHAVE SECCIONADORA> 69 KV	3,33%
CHAVE SECCIONADORA< 69 KV	6,67%
PÁRA-RAIOS	4,17%
MEDIDOR ELETRONICO	7,69%
CHAVE TANDEN< 69 KV	6,67%
CONDUTOR>69 KV	2,70%
CONDUTOR<69 KV	3,57%
POSTE	3,57%
TORRE	2,70%
REGULADOR DE TENSÃO>69	3,45%
REGULADOR DE TENSÃO<69	4,35%
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO	3,33%
TRANSFORMADOR DE POTENCIA	4,35%
UNIDADE DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOTAICA - BATERIA	20,00%
PAINEL	3,57%
BANCO DE CAPACITORES PARALELO>69 KV	5,00%

Administração	Taxas anuais de depreciação (%)
EQUIPAMENTO GERAL	20,00%
EQUIPAMENTO GERAL DE INFORMATICA	3,33%
VEICULOS	16,67%
EDIFICAÇÃO	6,25%

O Decreto nº 10.810, de 27 de setembro de 2021, revogou o Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, no entanto a Resolução normativa ANEEL nº 948, 16 de novembro de 2021, em seu art. 3º, prever que os Agentes Setoriais devem solicitar prévia anuência do órgão regulador para a desvinculação de bens vinculados aos serviços de energia elétrica. A resolução normativa que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, em seu art. 4º dispensa da obrigação de que trata o art. 3º, sem prejuízo do controle a posteriori e das sanções previstas em lei, a desvinculação de bens considerados inservíveis à prestação do serviço público de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, bem como à produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico, devendo o agente setorial constituir dossiê da desvinculação.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	Total
CABO SUBFLUVIAL 3X240MM² 20/35KV 12SMFO	39.915
BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 100AH 3U	28.529
CABO SUBFLUVIAL 3X240MM² 20/35KV 12SMFO	25.299
TORRE MET TRUS MKSS1D20 27,9M 1700D138KV	20.149
CABO AL NU CAL 394,5MCM 19 CANTON	15.468
CABO AL NU CAA 4/0AWG 6/1X4,77MM PENGUIM	13.958
ROTEADOR DE DADOS R651 (MESH IP)	12.960
CABO AL NU CAL 394,5MCM 19 CANTON	10.475
BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 150AH 3U.	9.666
TORRE MET TRUS MKSS1-D21 30M 138KV	9.342
Total	185.761

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	Total
MEDIDOR ELETRONICO ENERGIA BI	(7.628)
MED ELETN 1F 2FI 1EL 15A 120V CONTAT	(5.086)
MEDIDOR ELETRONICO ENERGIA BI	(4.082)
CABO < 69kV AL NU 2 AWG MO	(4.039)
MEDIDOR ELETRONICO ENERGIA BI	(3.638)
TERMINAL LEIT 120V RF 915MHZ SGPM III	(3.521)
CONCENTRADOR ENERGIA TRI	(3.466)
MEDIDOR ELETRONICO ENERGIA BI	(3.460)
TERMINAL LEIT 120V RF 915MHZ SGPM III	(2.808)
MEDIDOR ELETRONICO ENERGIA MO	(2.652)
Total	(40.380)

7 Intangível

A composição do intangível é conforme a seguir demonstrada:

Ativo intangível em serviço	Valor bruto em 2024	Adições (A)	Transferências (B)	Outros	Valor bruto em 2025	Adições líquidas = (A)+(B)	Amortização Acum.	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Distribuição	90.004	-	6.086	41.082	137.172	6.086	(4.558)	132.614	90.004
Servidões	90.004	-	4.677	36.718	131.399	4.677	-	131.399	90.004
Softwares	-	-	1.409	4.364	5.773	1.409	(4.558)	1.215	-
Administração	421.319	-	98.880	96.135	616.334	98.880	(509.949)	106.385	31.170
Softwares	421.319	-	98.880	96.135	616.334	98.880	(509.949)	106.385	31.170
Subtotal	511.323	-	104.966	137.217	753.506	104.966	(514.507)	238.999	121.174
Ativo intangível em curso	Valor bruto em 2024	Adições (A)	Transferências (B)	Outros	Valor bruto em 2025	Adições líquidas = (A)+(B)	Amortização Acum.	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Distribuição	21.195	30.020	(5.486)	-	45.729	24.534	-	45.729	21.195
Servidões	13.704	9.993	(4.674)	-	19.023	5.319	-	19.023	13.704
Softwares	7.427	19.195	(797)	-	25.825	18.398	-	25.825	7.427
Outros	64	832	(15)	-	881	817	-	881	64
Administração	147.610	75.443	(101.330)	-	121.723	(25.887)	-	121.723	147.610
Softwares	143.243	75.443	(101.330)	-	117.356	(25.887)	-	117.356	143.243
Outros	4.367	-	-	-	4.367	-	-	4.367	4.367
Subtotal	168.805	105.463	(106.816)	-	167.452	(1.353)	-	167.452	168.805
Total do Ativo Intangível	680.128	105.463	(1.850)	137.217	920.958	103.613	(514.507)	406.451	289.979

8 Ativos e passivos financeiros setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

(a) Conta de compensação de variação de custos da "Parcela A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de agosto de 2025 a agosto de 2026, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

No mês de agosto de 2025, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Despacho ANEEL nº 3.507, de 05 de agosto de 2025, foram reajustadas, em média 3,74%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora, vigente de 7 de agosto de 2025 a 6 de agosto de 2026.

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela "A" são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

(b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

(i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

(ii) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 101,90% em 31 de dezembro de 2025 (103,53% em 31 de dezembro de 2024) que ainda está dentro do limite de repasse para as tarifas.

(iii) Outras

São demais componentes financeiros elencados no Submódulo 4.4 e 4.4 A do PRORET, quais sejam: i. Garantias financeiras de CCEARs; ii. Penalidade por descumprimento da meta de Universalização; iii. Compensação por violação de limites de continuidade; vi. Descasamento da TUSD Distribuição; v. Recálculo de processo tarifário anterior; e vi. Acordo Bilateral de CCEAR.

(iv) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

A ANEEL autorizou a empresa, por meio do Despacho ANEEL nº 3.507, de 05 de agosto de 2025, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 07 de agosto de 2025, reajuste médio de 3,74%.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	2024	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	2025	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	374.938	147.197	(204.691)	25.453	(7.048)	335.849	87.265	248.584	186.699	149.150
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	165.905	106.445	(84.281)	9.867	-	197.936	41.755	156.181	104.227	93.709
Proinfa	220	(244)	7.734	1.492	(101)	9.101	8.689	412	8.854	247
Transporte Rede Básica	55.575	19.790	(17.342)	6.628	-	64.651	24.830	39.821	40.759	23.892
ESS	131.783	(18.923)	(89.354)	4.487	(16.998)	10.995	10.995	-	10.995	-
CDE	21.455	40.129	(21.448)	2.979	10.051	53.166	996	52.170	21.864	31.302
Demais Ativos Financeiros Setoriais	120.623	20.509	(27.196)	696	6.940	121.572	86.572	35.000	100.572	21.000
Sobrecontratação de Energia	5.783	(11.646)	5.193	373	6.944	6.647	5.193	1.454	5.775	872
Risco Hidrológico	84.269	-	(5.508)	-	-	78.761	78.761	-	78.761	-
Outros	30.571	32.155	(26.881)	323	(4)	36.164	2.618	33.546	16.036	20.128
Total Ativos Financeiros Setoriais	495.561	167.706	(231.887)	26.149	(108)	457.421	173.837	283.584	287.271	170.150

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	2024	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Outros	2025	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(192.626)	(31.355)	106.853	(13.701)	7.048	-	(123.781)	(47.991)	(75.790)	(78.306)	(45.475)
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	(140.073)	(45.452)	132.520	(6.832)	-	-	(59.837)	(14.379)	(45.458)	(32.562)	(27.275)
Proinfa	(2.451)	-	2.371	(107)	101	-	(86)	(86)	-	(86)	-
Transporte Rede Básica	(1.958)	-	1.958	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	(110)	(33.830)	110	(140)	16.998	-	(16.972)	-	(16.972)	(6.788)	(10.184)
CDE	(48.034)	47.927	(30.106)	(6.622)	(10.051)	-	(46.886)	(33.526)	(13.360)	(38.870)	(8.016)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(572.256)	(34.333)	98.106	(27.821)	(6.940)	(7.076)	(550.320)	(150.670)	(399.650)	(309.609)	(240.711)
Neutralidade da Parcela A	(64.897)	1.088	18.657	(2.287)	-	-	(47.439)	(14.805)	(32.634)	(27.858)	(19.581)
Sobrecontratação de Energia	(31.816)	1.033	30.836	(447)	(6.944)	-	(7.338)	-	(7.338)	(2.935)	(4.403)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(165.730)	(48.659)	14.584	(22.179)	-	-	(221.984)	(8.507)	(213.477)	(93.898)	(128.086)
Risco hidrológico	(255.278)	-	36.492	2.417	-	-	(216.369)	(78.365)	(138.004)	(133.567)	(82.802)
CDE Modicidade Tarifária	(20.181)	5.290	16.356	(1.365)	-	(5.290)	(5.190)	(5.190)	-	(5.190)	-
Outros	(34.354)	6.915	(18.819)	(3.960)	4	(1.786)	(52.000)	(43.803)	(8.197)	(46.161)	(5.839)
Total Passivos Financeiros Setoriais	(764.882)	(65.688)	204.959	(41.522)	108	(7.076)	(674.101)	(198.661)	(475.440)	(387.915)	(286.186)

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

9.1 Abertura do endividamento

Instituição / linha credora	Juros curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total	Adimplente?	Data captação / Repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pagto Juros	Frequência Pgto Juros	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência de Amortiz.	Sistemática amortização
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	977	-	278.694	279.671											
Bank of America - USD 50 MM	977	-	278.694	279.671	Sim	dez/24	Não há	US\$	6,01%	10/12/2026	Anual	10/12/2027	10/12/2027	Anual	Bullet (final)
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	151.100	337.073	7.428.305	7.916.478											
CEF415.877-81/2015	22	3.791	2.212	6.025	Sim	set/15	Recebíveis	PRÉ	6,00%	07/01/2026	Mensal	07/01/2026	07/07/2027	Mensal	Sac
CEF469.587-04/2016	40	3.800	6.650	10.490	sim	dez/18	Recebíveis	PRÉ	6,00%	07/01/2026	mensal	07/01/2026	07/09/2028	mensal	Sac
BNDES 18/19/20	1.162	242.391	323.188	566.741	sim	fev/19	Recebíveis + Outros	IPCA	4,81%	15/01/2026	Mensal	15/01/2026	15/04/2028	Mensal	Sac
BNDES 21/22/23 Sub-crédito A	349	99.151	99.151	198.651	sim	mar/21	Recebíveis + Outros	IPCA	4,11%	15/01/2026	Mensal	15/01/2026	15/01/2027	Mensal	Sac
BNDES 21/22/23 Sub-crédito B	2.225	-	1.264.101	1.266.326	sim	mar/21	Recebíveis + Outros	IPCA	4,11%	16/03/2026	Semestral	16/03/2026	15/09/2040	Semestral	SAC
7ª Emissão Série Única - BRL 1.000 MM	63.135	-	1.000.000	1.063.135	sim	ago/24	Recebíveis + Outros	CDI	0,95%	05/02/2026	Semestral	07/08/2028	05/08/2030	Anual	Outro, especific. no cronograma
8ª Emissão Série Única - BRL 1.475 MM	5.027	-	1.528.994	1.534.021	simx	dez/24	Aval/Fiança	IPCA	7,75%	15/06/2026	Semestral	15/12/2033	15/12/2036	Anual	SAC
9ª Emissão Série Única - BRL 1.300 MM	3.921	-	1.301.023	1.304.944	sim	jul/25	Aval/Fiança	IPCA	7,06%	15/06/2026	Semestral	15/06/2034	15/06/2037	Anual	Outro, especific. no cronograma
10ª Emissão Série Única - BRL 2.000 MM	75.219	-	2.000.000	2.075.219	sim	set/25	Aval/Fiança	CDI	0,65%	15/03/2026	Semestral	15/09/2029	15/09/2032	Anual	Outro, especific. no cronograma
CCAP - 2018/2020 - BNDES - BRL 1.342 MM	-	(175)	(233)	(408)	sim	fev/19	Aval/Fiança	Não há	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	15/04/2028	Mensal	Outro, especific. no cronograma
CCAP - 2021/2023 Sub B - BNDES - BRL 1.036 MM	-	(354)	(4.873)	(5.227)	sim	mar/21	Não há	Não há	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	30/09/2040	Mensal	Outro, especific. no cronograma
CCAP - 7ª Emissão Série Única - BRL 1.000 MM	-	(3.793)	(13.907)	(17.700)	sim	ago/24	Não há	Não há	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	05/08/2030	Mensal	Outro, especific. no cronograma
CCAP - 8ª Emissão Série Única - BRL 1.475 MM	-	(4.697)	(46.969)	(51.666)	sim	dez/24	Não há	Não há	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	05/08/2031	Mensal	Outro, especific. no cronograma
CCAP - 9ª Emissão Série Única - BRL 1.300 MM	-	(2.573)	(27.022)	(29.595)	sim	jul/25	Não há	Não há	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	15/12/2036	Mensal	Outro, especific. no cronograma
CCAP - 10ª Emissão Série Única - BRL 2.000 MM	-	(468)	(4.010)	(4.478)	sim	set/25	Não há	Não há	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/2026	15/06/2037	Mensal	Outro, especific. no cronograma
Dívidas Tributárias Estado	2.532	7.158	36.109	45.799	sim										
ICMS	2.532	7.158	36.109	45.799	sim	ago/16	Não há	Selic	1,59%	30/10/2025	Mensal	30/10/2025	30/11/2031	Mensal	SAC
Dívidas com fundo de pensão	-	1.708	79.512	81.220	sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Previdência Privada	-	1.708	79.512	81.220	sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	8.060	6.044	138.693	152.797	sim		Outro	IGP-M	1,00%	15/02/2026	Mensal	15/02/26	02/10/34	Mensal	Outro, especif. no cronograma
RJ BANCO INDUSVAL - Opção F	7.128	-	119.376	126.504	sim	set/12	Outro	Pré	1,00%	30/03/2026	Trimestral	30/06/28	30/06/28	Outro	Bullet (final)
RJ PETROS (BANCO PAULISTA) - Não Optantes	932	-	19.088	20.020	sim	set/12	Outro	Pré		30/03/2026	Trimestral	30/06/28	30/06/28	Outro	Bullet (final)
RJ Equatorial Guanabara	-	-	7.871	7.871	sim	set/12	Outro	Pré	8,50%	31/01/2026	Mensal	31/01/26	31/08/26	Mensal	SAC
RJ Equatorial BNDES	-	756	-	756	sim	set/12				31/01/2026	Mensal	31/01/26	30/09/34	Mensal	Outro, especif. no cronograma
AVP CF INDU OP F (PETRO)	-	-	(12.944)	(12.944)	sim	set/12	Não há	Não há	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/26	30/06/28	Mensal	Outro, especif. no cronograma
AVP CF PETRO NOP	-	-	(2.473)	(2.473)	sim	set/12	Não há	Não há	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/26	31/08/26	Mensal	Outro, especif. no cronograma
AVP CONTR BNDES	-	-	(50)	(50)	sim	set/12	Não há	Não há	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/26	30/06/28	Mensal	Outro, especif. no cronograma
AVP CONTR GUANA	-	-	(1.020)	(1.020)	sim	set/12	Não há	Não há	0,00%	31/01/2026	Mensal	31/01/26	30/06/28	Mensal	Outro, especif. no cronograma
Arrendamento	-	5.288	8.845	14.133	sim	set/21	Não há	Não há	0,00%	15/02/2026	Mensal	15/02/26	02/10/34	Mensal	Outro, especif. no cronograma
Total por dívida	162.669	351.983	7.961.313	8.475.965											
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	977	-	278.694	279.671											
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	151.100	337.073	7.428.305	7.916.478											
Mútuos Passivos	8.060	6.044	138.693	152.797											
Total Empréstimos, financiamentos e debêntures	160.137	343.117	7.845.692	8.348.946											
Tributária	2.532	7.158	36.109	45.799											
Fundo de Pensão	-	1.708	79.512	81.220											

9.2 Cronograma de amortização de principal e juros de longo prazo

	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Total
	2027	2028	2029	2030	2031	2032+	
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	278.694	-	-	-	-	-	278.694
Bank of America - USD 50 MM - BRL 300 MM	278.694	-	-	-	-	-	278.694
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	335.265	503.953	720.364	721.630	790.824	4.356.269	7.428.305
CEF 415.877-81/2015 - BRL 38 MM	2.212	-	-	-	-	-	2.212
CEF 469.587-04/2016 - BRL 40 MM	3.800	2.850	-	-	-	-	6.650
2018/2020 - BNDES - BRL 1.342 MM	242.391	80.797	-	-	-	-	323.188
2021/2023 Sub A - BNDES - BRL 325 MM	99.151	-	-	-	-	-	99.151
2021/2023 Sub B - BNDES - BRL 1.036 MM	-	99.145	99.145	99.145	99.145	867.521	1.264.101
DEB - 7ª Emissão Série Única - BRL 1.000 MM	-	333.333	333.333	333.334	-	-	1.000.000
DEB - 8ª Emissão Série Única - BRL 1.475 MM	-	-	-	-	-	1.528.994	1.528.994
DEB - 9ª Emissão Série Única - BRL 1.300 MM	-	-	-	-	-	1.301.023	1.301.023
DEB - 10ª Emissão Série Única - BRL 2.000 MM	-	-	300.000	300.000	700.000	700.000	2.000.000
CCAP - 2018/2020 - BNDES - BRL 1.342 MM	(175)	(58)	-	-	-	-	(233)
CCAP - 2021/2023 Sub B - BNDES - BRL 1.036 MM	(354)	(354)	(354)	(354)	(354)	(3.103)	(4.873)
CCAP - 7ª Emissão Série Única - BRL 1.000 MM	(3.793)	(3.793)	(3.793)	(2.528)	-	-	(13.907)
CCAP - 8ª Emissão Série Única - BRL 1.475 MM	(4.697)	(4.697)	(4.697)	(4.697)	(4.697)	(23.484)	(46.969)
CCAP - 9ª Emissão Série Única - BRL 1.300 MM	(2.573)	(2.573)	(2.573)	(2.573)	(2.573)	(14.157)	(27.022)
CCAP - 10ª Emissão Série Única - BRL 2.000 MM	(697)	(697)	(697)	(697)	(697)	(525)	(4.010)
Dívidas Tributárias Estado	2.889	2.889	2.889	2.889	2.889	21.664	36.109
ICMS	2.889	2.889	2.889	2.889	2.889	21.664	36.109
Mútuos Passivos	5.280	34.481	4.490	4.490	10.458	79.494	138.693
RJ Opção F - Equatorial (Indusval) - BRL 51 MM	5.969	5.969	5.969	5.969	11.937	83.563	119.376
RJ Não Optantes - Equatorial (Paulista) - BRL 18 MM	-	19.088	-	-	-	-	19.088
RJ - Equatorial (Guanabara) - BRL 8 MM	-	7.871	-	-	-	-	7.871
AVP - RJ Opção F - Equatorial (Indusval) - BRL 51 MM	(2.959)	(1.479)	(1.479)	(1.479)	(1.479)	(4.069)	(12.944)
AVP - RJ Não Optantes - Equatorial (Paulista) - BRL 18 MM	(1.978)	(495)	-	-	-	-	(2.473)
AVP - RJ - Equatorial (BNDES) - BRL 5 MM	(50)	-	-	-	-	-	(50)
AVP - RJ - Equatorial (Guanabara) - BRL 8 MM	(816)	(204)	-	-	-	-	(1.020)
Arrendamento	5.114	3.731	-	-	-	-	8.845
Total por dívida	622.128	541.323	727.743	729.009	804.171	4.457.427	7.881.801
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	278.694	-	-	-	-	-	278.694
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	335.265	503.953	720.364	721.630	790.824	4.356.269	7.428.305
Mútuos Passivos	5.280	34.481	4.490	4.490	10.458	79.494	138.693
Total Empréstimos, financiamentos e debêntures	619.239	538.434	724.854	726.120	801.282	4.435.763	7.845.692
Tributária	2.889	2.889	2.889	2.889	2.889	21.664	36.109

9.3 Abertura dos ativos financeiros

Instituição / Linha credora	Principal e juros curto prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
Ativos Financeiros	2.730.371	35.378	2.765.749
Caixa e Aplicações Financeiras	2.730.371	23.185	2.753.556
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	46.452	-	46.452
Aplic. Financ. CDB	760.750	-	760.750
Letras financeiras e títulos públicos	44.311	23.185	67.496
Aplic. Financ. Fundos DI	1.878.858	-	1.878.858
Mútuos Ativos	-	12.193	12.193
Benefício pós emprego	-	12.193	12.193

9.4 Abertura dos instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos Derivativos	Instituição/Contraparte	Data Início	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil - Valor Contratado	Fair Value R\$ Mil	Atrelado às Dívidas
Total derivativos						3.075.000	(116.420)	
Swap	Bank of America	10/12/2024	10/12/2027	USD + 6,0118% a.a.	CDI +1,09% a.a.	300.000	(26.053)	Sim
Swap	BTG	20/12/2024	15/12/2036	IPCA + 7,7477% a.a.	CDI + 0,38% a.a.	1.475.000	(43.575)	Sim
Swap	Bradesco	01/07/2025	15/06/2037	IPCA + 7,0606% a.a.	CDI - 0,025% a.a.	1.300.000	(46.792)	Sim
								Ativo circulante -
								Ativo não circulante -
								Passivo circulante (91)
								Passivo não circulante (116.329)
						Total	(116.420)	

9.5 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros LP	Total 2025	Total 2024
Dívida Bruta	162.669	361.554	8.077.642	8.601.865	7.991.606
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	977	-	278.694	279.671	1.556.518
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	151.100	337.073	7.428.305	7.916.478	6.118.888
Tributária	2.532	7.158	36.109	45.799	49.761
Fundo de Pensão	-	1.708	79.512	81.220	65.660
Mútuos Passivos	8.060	6.044	138.693	152.797	155.289
Derivativos a pagar	-	91	116.329	116.420	31.908
Tributária Corrente em Atraso	-	9.480	-	9.480	13.582
(-) Ativos Financeiros	-	(2.730.371)	(23.185)	(2.753.556)	(3.785.953)
Alta Liquidez	-	(807.202)	-	(807.202)	(1.318.174)
Demais aplicações financeiras	-	(1.923.169)	(23.185)	(1.946.354)	(2.315.924)
Derivativos a receber	-	-	-	-	(141.983)
Mútuos Ativos	-	-	-	-	(9.872)
Dívida Líquida	162.669	(2.368.817)	8.054.457	5.848.309	4.205.653

10 Tributos a recolher

	2025	2024
ICMS	160.423	150.392
ICMS parcelamento	9.738	10.708
IRPJ e CSLL	5.961	2.479
PIS e COFINS	35.776	57.172
Encargos sociais e outros	33.580	24.020
ISS	16.433	13.582
Total circulante	261.911	258.353
ICMS	99.368	88.395
ICMS parcelamento (a)	35.106	39.053
Total não circulante	134.474	127.448
Total	396.385	385.801

11 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	2025	2024
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal	-	34.759
Provisão para contingências	59.908	54.122
PECLD	477.998	28.919
Receita - CPC 47/IFRS 15	2.028	-
Provisão para participação nos lucros	11.781	12.551
Arrendamento IFRS 16	748	807
Provisão Laudo Atuarial	20.640	21.960
Provisão para perda de estoque	21.414	-
SWAP	39.583	-
Outras diferenças temporárias	16.625	14.363
Total ativo	650.725	167.481
Passivo não circulante		
Depreciação acelerada	(180.347)	(193.762)
Valor novo de reposição - VNR	(696.074)	(582.832)
Variação cambial	(10.628)	-
Ajuste a Valor Presente - AVP	(53.149)	(58.128)
Marcação a mercado (MTM)	(8.564)	-
Reavaliação de bens da conceção	(597.325)	(649.051)
SWAP	-	(37.425)
Instrumentos financeiros - CPC48/IFRS 9	(511.497)	-
Outras despesas não dedutíveis	-	(15.546)
Total passivo	(2.057.584)	(1.536.744)
Total	(1.406.859)	(1.369.263)

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 52.850 de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o lucro do exercício (R\$ 132.807 em 31 de dezembro de 2024).

12 Provisões para litígios

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2025		2024	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis (a)	92.635	98.786	95.383	86.318
Fiscais (b)	25.862	25.684	394	25.599
Trabalhistas	32.510	19.508	35.084	45.980
Total	151.007	143.978	130.861	157.897
Circulante	10.063	5.497	9.693	196
Não circulante	140.944	138.481	121.168	157.701

- (a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 8.311 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional; e
- (b) Em março de 2024, a Companhia efetuou depósito judiciais referente ao PIS/COFINS da competência de fevereiro de 2024 no montante de R\$ 25.460 conforme previsto na Lei nº 14.740/2023 para débitos com vencimento entre 30 de novembro de 2023 e 01 de abril de 2024. A Companhia optou por ingressar com medida judicial para garantir a inclusão no programa de autorregularização e procedeu ao depósito judicial do montante integral devido até que haja uma decisão final.

12.1 Movimentação dos processos no exercício

	2024		2025				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Reclassificação (4)	
Cíveis	95.383	31.326	(40.650)	(6.912)	13.488	-	92.635
Fiscais	394	4	(3)	(4)	11	25.460	25.862
Trabalhistas	35.084	22.960	(31.059)	(3.313)	8.838	-	32.510
Total contingências	130.861	54.290	(71.712)	(10.229)	22.337	25.460	151.007

	2023		2024				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Reclassificação (4)	
Cíveis	96.010	20.048	(21.771)	(8.077)	9.173	-	95.383
Fiscais	375	1	(269)	-	287	-	394
Trabalhistas	37.799	3.608	(5.934)	(2.191)	1.802	-	35.084
Total contingências	134.184	23.657	(27.974)	(10.268)	11.262	-	130.861

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
- (2) Reversões realizadas no exercício;
- (3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic. Nessa movimentação também estão as reversões de atualização de processos extintos; e
- (4) Reclassificação referente ao processo nº1010869-37.2024.4.01.3990, que trata da autorregularização de tributos nos termos da Lei nº 14.740/2023. O montante, anteriormente contabilizado como PIS e COFINS a recolher.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e assessores jurídicos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de

inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	2025	2024
Cíveis	529.213	509.051
Fiscais	21	23
Trabalhistas	105.172	75.763
Total	634.406	584.837

13 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais	Depreciação - taxa média anual	Custo histórico	Reavaliação	Total
Em serviço	4,52%	(5.921.253)	(2.049.181)	(7.970.434)
Participação da União, Estados e Municípios		(68.230)	(40.403)	(108.633)
Participação Financeira do Consumidor		(209.671)	(27.247)	(236.918)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(659.015)	(473.520)	(1.132.535)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(119)	(148)	(267)
Pesquisa e Desenvolvimento		(601)	(101)	(702)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		(4.688.541)	(1.543.017)	(6.231.558)
Outros		(295.076)	35.255	(259.821)
(-) Amortização acumulada - AIS	4,52%	1.721.317	1.078.274	2.799.591
Participação da União, Estados e Municípios		57.310	32.590	89.900
Participação Financeira do Consumidor		30.059	18.673	48.732
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		228.091	207.023	435.114
Programa de Eficiência Energética - PEE		146	(40)	106
Pesquisa e Desenvolvimento		156	1.857	2.013
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		1.252.940	769.624	2.022.564
Outros		152.615	48.547	201.162
Total		(4.199.936)	(970.907)	(5.170.843)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 2024	Adições (A)	Transferências (B)	Valor bruto em 2025	Adições Líquidas = (A)+(B)	Amortização	Valor Líquido em 2025	Valor Líquido em 2024
Em serviço	(6.554.985)	-	(1.415.449)	(7.970.434)	(1.415.449)	2.799.591	(5.170.843)	(4.187.077)
Participação da União, Estados e Municípios	(108.633)	-	-	(108.633)	-	89.900	(18.733)	(23.776)
Participação Financeira do Consumidor	(69.174)	-	(167.744)	(236.918)	(167.744)	48.732	(188.186)	(24.348)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(1.102.852)	-	(29.683)	(1.132.535)	(29.683)	435.114	(697.421)	(719.708)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(267)	-	-	(267)	-	106	(161)	(172)
Pesquisa e Desenvolvimento	(702)	-	-	(702)	-	2.013	1.311	1.282
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(5.013.536)	-	(1.218.022)	(6.231.558)	(1.218.022)	2.022.564	(4.208.994)	(3.349.153)
Outros	(259.821)	-	-	(259.821)	-	201.162	(58.659)	(71.202)
(-) Amortização acumulada - AIS	2.367.908	431.683	-	2.799.591	431.683	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	84.857	5.043	-	89.900	5.043	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	44.826	3.906	-	48.732	3.906	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	383.144	51.970	-	435.114	51.970	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	95	11	-	106	11	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	1.984	29	-	2.013	29	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	1.664.383	358.181	-	2.022.564	358.181	-	-	-
Outros	188.619	12.543	-	201.162	12.543	-	-	-
Em curso	(1.970.178)	(1.500.277)	1.415.449	(2.055.006)	(84.828)	-	(2.055.006)	(1.970.178)
Participação da União, Estados e Municípios	(19.745)	-	-	(19.745)	-	-	(19.745)	(19.745)
Participação Financeira do Consumidor	(35.796)	(167.745)	167.744	(35.797)	(1)	-	(35.797)	(35.796)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(257.221)	(67.118)	29.683	(294.656)	(37.435)	-	(294.656)	(257.221)
Valores pendentes de recebimento	(308.859)	52.471	-	(256.388)	52.471	-	(256.388)	(308.859)
Valores não aplicados	(291.927)	(362.919)	-	(654.846)	(362.919)	-	(654.846)	(291.927)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(1.051.901)	(954.929)	1.218.022	(788.808)	263.093	-	(788.808)	(1.051.901)
Outros	(4.729)	(37)	-	(4.766)	(37)	-	(4.766)	(4.729)
Total	(6.157.255)	(1.068.594)	-	(7.225.849)	(1.068.594)	2.799.591	(7.225.849)	(6.157.255)

As dez principais adições (pelo critério de valor) a obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do bem	Valor
LD 138KV NOVO PROGRESSO - BRAZAURO	167.392
BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 100AH 3U	25.676
BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 150AH 3U.	8.700
Interligação de sistemas isolados - REA 9.536 Oeiras do Pará	6.824
BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 150AH 3U.	6.812
BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 150AH 3U.	6.527
BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 150AH 3U.	6.309
BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 150AH 3U.	5.666
BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 150AH 3U.	5.588
BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 150AH 3U.	5.421
Total das Adições	244.915

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.633.607 (R\$ 1.624.459 em 31 de dezembro de 2024) representado por 2.209.074.007 ações, escriturais e sem valor nominal, e o capital autorizado é de R\$ 2.500.000 (R\$ 2.500.000 em 31 de dezembro de 2024), e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Ações preferenciais nominativas Classe C	Total	%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	2.131.276.838	346.012	2	115.903	2.131.738.755	96,50%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (AXIA Energia)	20.664.721	121.339	1.074.634	-	21.860.694	0,99%
Outros (minoritários)	52.679.010	1.699.465	10.737	1.085.346	55.474.558	2,51%
Total	2.204.620.569	2.166.816	1.085.373	1.201.249	2.209.074.007	100%

Não houve alteração na composição acionária da Companhia entre os exercícios de 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Dentro do limite do capital autorizado e das espécies e classes das ações existentes, independente de reforma estatutária, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em quaisquer emissões de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja alocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do art.172 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, não são conversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) a.a. para as de classe "A" e 10% (dez por cento) a.a. para as de classe "B", calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do exercício a que se referir o dividendo. Não há outros direitos ou restrições na distribuição de dividendos ou em reembolso de capital. As ações preferenciais classe C terão direito a dividendo mínimo de 3% (três por cento) a.a. sobre o valor do capital representado por essa classe de ações.

14.2 Reserva de lucros

	2025	2024
Reserva legal (a)	326.866	326.866
Reserva de incentivos fiscais (b)	2.257.860	1.903.361
Reserva estatutária de reforço de capital de giro (c)	911.573	11.230
Reserva de dividendos adicionais propostos (d)	-	1.093.583
Total de reservas de lucros	3.496.299	3.335.040

a. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, e limitada a 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, esta reversa atingiu o limite legal máximo previsto na Lei 6.404/76, ficando assim dispensada de novos acréscimos. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é R\$ 326.866.

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

b. Reserva de incentivos fiscais

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), Subvenções e Assistências Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O saldo das subvenções da SUDAM é de R\$ 2.257.860 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.903.361 em 31 de dezembro de 2024).

c. Reserva de investimentos

Reserva estatutária, constituída com base no artigo 194 da Lei 6.404/76 cuja finalidade é preservar a integridade do patrimônio social da Companhia. Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo dessa reserva é de R\$ 911.573 (R\$ 11.230 em 31 de dezembro de 2024).

d. Reserva de dividendos adicionais propostos

Em 29 de abril de 2025, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 1.093.583.

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos acionistas em assembleia. Após distribuição dos dividendos adicionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 durante o exercício de 2025, não há saldo nesta reserva em 31 de dezembro de 2025.

14.3 Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação é constituída pelos valores referentes a diferenças positivas entre valores de mercado (Valor Novo de Reposição - VNR) apurados na contabilidade societária e valores contábeis componentes do ativo imobilizado, observados os dispositivos legais aplicáveis. De acordo com o Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET Submódulo 2.3 Base de Remuneração Regulatória. O VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessário para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. De acordo com o respectivo submódulo, a aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais, do Banco de Preços da Concessionária ou de Orçamento Referencial.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva é de R\$ 1.173.892 (R\$ 1.248.657 em 31 de dezembro de 2024).

14.4 Dividendos declarados

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

De acordo com o parágrafo 6.3.25 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), o valor dos dividendos mínimos obrigatórios deverá ser calculado tomando-se como base o resultado societário.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.552.654	1.976.074
(-) Reserva legal	-	(29.513)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(363.647)	(500.420)
Lucro líquido ajustado	1.189.007	1.446.141
Dividendos mínimos		
Dividendos mínimos obrigatórios	297.252	361.535
Dividendos adicionais		
Dividendos adicionais propostos	-	1.093.583
(-) Reserva de reavaliação	-	(9.005)
Total dividendos mínimos e adicionais	297.252	1.446.113

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	419.562
Dividendos adicionais distribuídos de 2023	1.260.206
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	361.535
Pagamento de dividendos	(1.678.075)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	363.228
Dividendos adicionais distribuídos de 2024 (a)	1.093.583
Dividendos mínimos obrigatórios de 2025	297.252
Pagamento de dividendos	(1.454.812)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	299.251

- (a) Em 29 de abril de 2025, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 1.093.583.

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal". Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal" e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado a reserva de incentivos fiscais da "base de cálculo" da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

15 Receita operacional bruta

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é demonstrada conforme a seguir:

	Nº Consumidores (*)		MWh (*)		R\$ Mil	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Receita Operacional Bruta						
Fornecimento - Faturado	3.091.032	3.062.956	9.024.332	9.131.342	9.198.365	9.453.436
Residencial	2.730.679	2.695.652	5.748.717	5.602.936	5.551.597	5.609.723
Industrial	4.177	4.093	220.779	304.403	375.920	439.612
Comercial	152.203	152.316	1.402.561	1.533.019	1.546.534	1.696.593
Rural	177.091	185.472	373.611	386.360	420.669	419.194
Poder público	23.155	21.851	685.526	685.731	809.476	790.631
Iluminação pública	1.002	927	395.704	422.588	285.676	293.224
Serviço público	2.432	2.362	184.833	183.982	208.493	204.459
Consumo próprio	293	283	12.601	12.323	-	-
Suprimento Faturado	-	-	-	-	88.027	57.383
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	1.923	1.248	2.863.783	2.453.929	4.756.543	5.338.993
Consumidores Cativos	-	-	-	2.453.929	4.030.010	4.745.593
Consumidores Livres	1.923	1.248	2.863.783	-	721.103	588.009
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	5.430	5.391
(-) Transferências	-	-	-	-	(4.078.669)	(4.797.972)
(-) Trsf p/ TUSD de consumidores cativos	-	-	-	-	(4.030.010)	(4.745.593)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(21.661)	(24.066)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(26.998)	(28.313)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	6.816	(25.894)
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	64.376	(128.418)
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	(11.357)	(33.676)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	70.730	55.170
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	18.631	17.972
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	1.652.004	1.248.147
Total	3.092.955	3.064.204	11.888.115	11.585.271	11.765.466	11.185.141

(*) não auditado.

16 Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	2025		2024	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Compra	(13.685)	2.243	68.300	(14.024)
Compra estimada	(64.012)	(19.857)	-	-
Total	(77.697)	(17.614)	68.300	(14.024)

	2025		2024	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Venda	390.715	73.395	479.107	45.801
Venda estimada (a)	-	-	36.298	2.352
Total	390.715	73.395	515.405	48.153

(a) Referente ao período de 01 a 31 de dezembro de 2025 (2024 - período 01 a 31 de dezembro de 2024).

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pela Outorgada que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, são normalmente determinados pela CCEE. Como até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis Regulatórias a CCEE ainda não havia disponibilizado as informações necessárias referentes ao período de 01 a 31 de dezembro de 2025, os referidos montantes foram estimados pela Companhia, com base em seus controles mantidos para essas operações.

(*) não auditado.

17 Pessoal e administradores

	2025	2024
Pessoal	(215.004)	(170.786)
Remuneração	(132.624)	(110.190)
Encargos	(48.787)	(41.650)
Previdência privada	(3.792)	(4.118)
Assistência médica	(56.534)	(46.300)
Despesas rescisórias	(255)	(114)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(32.908)	(28.341)
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	1.081	969
Outros (a)	58.815	58.958
Administradores	(23.283)	(20.079)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(11.994)	(8.670)
Benefícios dos administradores	(11.289)	(11.409)
Total	(238.287)	(190.865)

(a) Refere-se as contas de custos de suporte, custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos. Através dessas contas, são transferidos os custos de suporte que foram alocados no custeio, para o investimento, conforme MCSE.

18 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	1.530.235	1.756.713
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	274.427	437.415
Alíquota fiscal	34%	34%
Pela alíquota fiscal	613.585	746.004
Efeitos fiscais sobre:		
Imposto Corrente		
Outras provisões Permanentes	(4.024)	(17.809)
Incentivo P&D	(1.650)	-
Compensações - PAT e Salário Maternidade	(4.611)	(2.238)
Despesa IRPJ/CSLL corrente anos anteriores	2.854	28.154
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	(34.759)	-
(+)IRPJ Subvenção Governamental Reinvestimento	(363.647)	(500.422)
Subtotal	(405.837)	(492.315)
Efeitos fiscais sobre:		
Reversão de provisão para contingências	(3.451)	8.500
Reversão de provisão para PECLD	30.580	(9.223)
Ajuste a valor presente (AVP)	5.046	2.506
Variação <i>Swap</i>	94.372	(94.371)
Variação Cambial	(10.628)	-
Valor novo de reposição - VNR	(113.252)	(103.331)
Marcação ao Mercado (MTM)	(8.564)	-
Reserva de reavaliação	4.424	4.639
Provisões laudo atuarial	558	880
Provisão para participação nos lucros	2.145	1.224
Depreciação acelerada	13.415	13.523
Provisão para perda de estoque	7.004	(2.043)
Arrendamento	(60)	38
Despesa IRPJ/CSLL diferido anos anteriores	(9.499)	34.759
Outras Provisões	(29.870)	10.092
Subtotal	(17.780)	(132.807)
Total de IRPJ e CSLL correntes do exercício	(199.467)	(86.123)
Total de IRPJ e CSLL diferidos do exercício	(52.850)	(132.807)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(252.317)	(218.930)

19 Revisão e reajuste tarifário

19.1 Revisão tarifária periódica (RTP) 2023

Entre 11 de junho de 2014 e 1º de setembro de 2014, a ANEEL submeteu à Consulta Pública nº 014/2023 as metodologias e os critérios gerais para o quarto ciclo de revisões tarifárias periódicas das concessionárias de serviço público de distribuição de energia. Esta etapa da Audiência Pública tratou dos seis seguintes temas: Procedimentos Gerais; Custos Operacionais; Perdas de Energia; Base de Remuneração Regulatória; Custo de Capital; e Ganhos de Produtividade, parâmetro utilizado na definição do Fator X.

Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à etapa de Consulta Pública, no período de 10 de maio de 2023 a 23 de junho de 2023, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critérios a serem adotados. Durante esta etapa, a Consulta Pública tratou dos cinco seguintes temas: Procedimentos Gerais, Fator X, Outras Receitas, Custos Operacionais e Receitas Irrecuperáveis.

A cada quatro anos, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reposicionamento tarifário da Companhia no processo de Revisão Tarifária Periódica (RTP). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória nº 3.243, de 15 de agosto de 2023, foram reajustadas em 11,07%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora.

19.2 Reajuste tarifário anual (2025)

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através do Despacho ANEEL nº 3.507, de 05 de agosto de 2025, a ANEEL realizou a revisão tarifária da Companhia, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 7 de agosto de 2025 a 6 de agosto de 2026.

As tarifas de aplicação da Companhia ficaram em média, reajustadas em 3,74%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

19.3 Composição da base de remuneração regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica – CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- (a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- (b) As inclusões entre as datas-bases do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- (c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- (d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- (e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores (*)
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	18.156.359.492
(2) Índice de Aproveitamento Integral	455.317
(3) Obrigações Especiais Bruta	5.312.286.136
(4) Bens Totalmente Depreciados	1.429.987.060
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	11.413.630.979
(6) Depreciação Acumulada	6.439.809.421
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	11.716.550.071
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	268.161
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	11.716.281.911
(10) Almoarifado em Operação	5.984.814
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	3.326.627.191
(13) Terrenos e Servidões	149.347.467
(14) Base de Remuneração líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	8.544.987.000
(15) Saldo RGR PLPT	0
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	0
(17) Taxa de Depreciação	4,23%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	482.796.590
(19) WACC real antes de impostos	11,25%
(20) Taxa RGR PLPT	0,08%
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	0,08%
(22) Remuneração de Obrigações Especiais	93.051.581
(23) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+(14)-(15)-(16))* (19)+(22)	1.054.388.253

(*) Valores expressos em unidades de reais

19.4 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI

O custo anual das instalações móveis e imóveis, também denominado anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.036.711.667
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	466.520.250
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	124.405.400
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	445.786.017
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	50.166.579
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	24.770.190
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	109.186.702
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	184.123.471

19.5 Resumo do reajuste tarifário

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Último IRT (2024)	Receita Verificada (*)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	5.117.718.474	4.682.233.128
1.1. Encargos Setoriais	1.128.045.871	878.505.410
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	11.404.841	11.745.728
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	648.144.375	504.108.794
PROINFA	112.401.921	88.547.720
P&D e Eficiência Energética	81.755.907	78.034.944
Contribuição ONS	246.671	220.586
Encargos Serv. Sist. - ESS e Energ. Reserv. - EER	274.092.156	195.847.638
1.2. Transmissão	816.553.197	756.993.326
Rede Básica	542.071.567	517.495.680
Rede Básica Fronteira	191.345.325	158.630.907
Rede Básica ONS (A2)	206.697	193.391
Conexão	47.994.125	51.081.072
Uso do sistema de distribuição e CCD	34.935.483	29.592.276
1.3. Compra de Energia	3.173.119.406	3.046.734.392
CCCEAR Existente	2.700.787.306	2.511.626.234
Bilateral	137.819.086	157.775.093
Cota Angra I/Angra II	94.157.528	117.823.619
Cotas Lei n ° 12783/2013	240.355.486	259.509.446
2. PARCELA B	3.655.682.536	3.609.817.238
3. Reposicionamento Econômico	3,96%	-1,87%
4. Componentes Financeiros	-0,20%	0,80%
5. Reposicionamento com Financeiros	3,76%	-1,07%
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	-0,02%	-2,04%
7. Efeito para Consumidor	3,74%	-3,23%

(*) Valores expressos em unidades de reais

20 Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatório e societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresenta no MCSE.

Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

Ativo	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		807.202	-	807.202	1.318.174	-	1.318.174
Investimento temporários		1.923.169	-	1.923.169	2.295.368	-	2.295.368
Consumidores	20.1 / 20.2	2.185.751	86.321	2.272.072	1.994.883	74.471	2.069.354
Concessionárias e permissionárias	20.1	809	(809)	-	799	(799)	-
Almoxarifado operacional		28.545	-	28.545	19.267	-	19.267
Serviços em curso	20.1 / 20.5	117.752	82.440	200.192	119.832	42.095	161.927
Subvenção CCC	20.1	-	117.440	117.440	-	60.200	60.200
Ativos financeiros setoriais	20.3	287.271	(287.271)	-	448.076	(448.076)	-
Depósitos judiciais e cauções	20.1	5.497	-	5.497	196	-	196
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	6	(6)	-
Tributos compensáveis	20.1	291.319	-	291.319	413.612	838	414.450
Despesas pagas antecipadamente		20.418	(20.418)	-	17.467	(17.467)	-
Outros ativos circulantes	20.1	937.835	(290.121)	647.714	681.469	(181.897)	499.572
Total do ativo circulante		6.605.568	(312.418)	6.293.150	7.309.149	(470.641)	6.838.508
Não circulante							
Investimentos temporários		23.185	-	23.185	20.556	-	20.556
Consumidores		217.165	-	217.165	243.931	-	243.931
Serviços em curso		38.033	-	38.033	23.447	-	23.447
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	20.1	-	349.930	349.930	-	349.930	349.930
Tributos compensáveis		501.939	-	501.939	427.294	-	427.294
Depósitos judiciais e cauções	20.1	138.481	-	138.481	157.701	-	157.701
Tributos diferidos	20.1/2 0.8	650.725	(650.725)	-	167.481	(167.481)	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	141.977	(31.851)	110.126
Ativos financeiros setoriais	20.3	170.150	(170.150)	-	47.485	(47.485)	-
Despesas pagas antecipadamente		3.250	(3.250)	-	-	-	-
Bens e Direitos para Uso Futuro		2.708	(2.708)	-	2.708	(2.708)	-
Benefício pós emprego	20.1	12.193	-	12.193	9.872	-	9.872
Outros ativos não circulantes	20.1	344.817	(340.453)	4.364	397.762	(396.176)	1.586
Ativo financeiro de concessão	20.4	-	8.877.170	8.877.170	-	7.716.194	7.716.194
Bens e atividades não vinculados à concessão	20.6	3.608	1.957	5.565	5.310	1.973	7.283
			(17.799.869)	-			
Imobilizado	20.5	17.799.869	-	-	15.479.744	(15.479.744)	-
Intangível	20.5 20.6.	406.451	1.016.026	1.422.477	289.979	1.174.499	1.464.478
Ativo contratual	3	-	913.973	913.973	-	439.194	439.194
Direito de uso		-	11.934	11.934	-	14.799	14.799
Total do ativo não circulante		20.312.574	(7.796.165)	12.516.409	17.415.247	(6.428.856)	10.986.391

Total do ativo		26.918.142	(8.108.583)	18.809.559	24.724.396	(6.899.497)	17.824.899
		2025			2024		
Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		1.313.924	-	1.313.924	1.270.140	-	1.270.140
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.1	503.254	(14.104)	489.150	1.659.181	(14.070)	1.645.111
Obrigações sociais e trabalhistas	20.1	63.949	(37.885)	26.064	53.789	(33.251)	20.538
Benefício pós emprego	20.1	1.708	-	1.708	1.546	-	1.546
Tributos	20.6.3	261.911	(10.550)	251.361	258.353	(7.649)	250.704
Provisão para litígios		10.063	-	10.063	9.693	-	9.693
Dividendos declarados		299.251	-	299.251	363.228	-	363.228
Encargos setoriais	20.1	79.548	-	79.548	96.887	-	96.887
Valores a pagar de acordos de recuperação judicial		-	155.691	155.691	-	112.764	112.764
Passivos financeiros setoriais	20.3	387.915	(287.271)	100.644	530.838	(448.076)	82.762
Instrumentos financeiros derivativos		91	-	91	57	(6)	51
Outros passivos circulantes	20.1	699.131	(207.649)	491.482	601.740	(165.002)	436.738
Contribuição de iluminação pública	20.1	-	60.632	60.632	-	51.781	51.781
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		-	-	-	-	9.654	9.654
Participação nos lucros	20.1	-	44.768	44.768	-	38.764	38.764
Passivo de arrendamento	20.1	-	5.288	5.288	-	4.872	4.872
Total do passivo circulante		3.620.745	(291.080)	3.329.665	4.845.452	(450.219)	4.395.233
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.1	7.845.692	(138.692)	7.707.000	6.171.514	(141.219)	6.030.295
Valores a pagar de acordos de recuperação judicial		-	1.014.917	1.014.917	-	1.023.836	1.023.836
Benefício pós emprego	20.1	79.512	-	79.512	64.114	-	64.114
Tributos	20.6.3	134.474	-	134.474	127.448	-	127.448
Provisão para litígios		140.944	-	140.944	121.168	-	121.168
Encargos setoriais		91.218	-	91.218	52.109	-	52.109
Tributos diferidos	20.8	2.057.584	(1.247.081)	810.503	1.536.744	(791.968)	744.776
Passivos financeiros setoriais	20.3	286.186	(170.150)	116.036	234.044	(47.485)	186.559
Instrumentos financeiros derivativos		116.329	-	116.329	31.851	(31.851)	-
Obrigações vinculadas à concessão	20.6	7.225.849	(7.225.849)	-	6.157.255	(6.157.255)	-
Outros passivos não circulantes		966.141	(885.070)	81.071	973.477	(894.918)	78.559
Passivo de arrendamento	20.1	-	8.845	8.845	-	12.302	12.302
Total do passivo não circulante		18.943.929	(8.643.080)	10.300.849	15.469.724	(7.028.558)	8.441.166
Patrimônio líquido							
Capital social		1.633.607	-	1.633.607	1.624.459	-	1.624.459
Reserva de Capital		37.215	-	37.215	34.092	-	34.092
Reserva de lucros	20.9	1.514.918	1.981.381	3.496.299	440.195	1.801.234	2.241.429
Reserva de reavaliação	20.5.1	-	18.088	18.088	-	26.676	26.676
Outros resultados abrangentes	20.5.1	1.167.728	(1.173.892)	(6.164)	1.216.891	(1.248.657)	(31.766)
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	20.1	-	-	-	1.093.583	27	1.093.610
Total do patrimônio líquido		4.353.468	825.577	5.179.045	4.409.220	579.280	4.988.500
Total do passivo e patrimônio líquido		26.918.142	(8.108.583)	18.809.559	24.724.396	(6.899.497)	17.824.899

Notas	2025			2024			
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		11.765.466	4.015.175	15.780.641	11.185.140	3.117.631	14.302.771
Fornecimento de energia elétrica	20.1/20.6.3	9.205.181	1.561.032	10.766.213	9.427.542	1.207.478	10.635.020
Suprimento de energia elétrica		88.027	-	88.027	57.383	-	57.383
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		726.533	-	726.533	593.400	-	593.400
Ativos e passivos financeiros setoriais		75.090	-	75.090	(159.303)	-	(159.303)
Serviços cobráveis	20.1	18.631	(18.631)	-	17.972	(17.972)	-
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	20.1	1.652.004	(1.652.004)	-	1.248.146	(1.248.146)	-
Outras receitas		-	323.091	323.091	-	268.055	268.055
Atualização Ativo Financeiro	20.6.1	-	333.093	333.093	-	303.916	303.916
Receita de construção	20.6.3	-	3.468.594	3.468.594	-	2.604.300	2.604.300
Tributos		(2.795.996)	(20.353)	(2.816.349)	(2.760.818)	(19.479)	(2.780.297)
ICMS	20.6.3	(1.948.706)	693	(1.948.013)	(1.941.798)	1.652	(1.940.146)
PIS-PASEP		(150.907)	(3.754)	(154.661)	(162.055)	(3.769)	(165.824)
COFINS		(695.085)	(17.292)	(712.377)	(655.429)	(17.362)	(672.791)
ISS		(1.298)	-	(1.298)	(1.536)	-	(1.536)
Encargos - Parcela "A"		(700.722)	(39.826)	(740.548)	(616.072)	(44.505)	(660.577)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(41.019)	-	(41.019)	(38.210)	-	(38.210)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(41.342)	28	(41.314)	(39.037)	(84)	(39.121)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(587.399)	-	(587.399)	(527.666)	-	(527.666)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica		-	-	-	-	-	-
- TFSEE		(11.604)	(28)	(11.632)	(11.159)	84	(11.075)
Outros encargos	20.1	(19.358)	(39.826)	(59.184)	-	(44.505)	(44.505)
Receita líquida / Ingresso líquido		8.268.748	3.954.996	12.223.744	7.808.250	3.053.647	10.861.897
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(4.987.328)	(2.957.489)	(7.944.817)	(4.689.534)	(2.092.020)	(6.781.554)
Energia elétrica comprada para revenda	20.1	(3.837.847)	(561.533)	(4.399.380)	(3.520.890)	(598.037)	(4.118.927)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	20.1	(1.149.481)	1.149.481	-	(1.168.644)	1.168.644	-
Subvenção CCC		-	(76.843)	(76.843)	-	(58.327)	(58.327)
Custo de construção	20.6.3	-	(3.468.594)	(3.468.594)	-	(2.604.300)	(2.604.300)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		3.281.420	997.507	4.278.927	3.118.716	961.627	4.080.343
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(1.319.597)	(624.233)	(1.943.830)	(1.128.043)	(420.718)	(1.548.761)
Pessoal e administradores	20.1	(238.287)	2.695	(235.592)	(190.865)	1.899	(188.966)
Material		(27.890)	-	(27.890)	(29.658)	-	(29.658)
Serviços de terceiros	20.1	(687.031)	118.066	(568.965)	(569.759)	97.321	(472.438)
Arrendamento e aluguéis	20.1	(13.514)	5.094	(8.420)	(12.234)	5.129	(7.105)
Seguros	20.1	(1.474)	1.474	-	(1.134)	1.134	-
Doações, contribuições e subvenções	20.1	(7.069)	7.069	-	(7.868)	7.868	-
Provisões	20.1	(294.874)	164.199	(130.675)	(349.566)	118.192	(231.374)
Perdas na alienação de bens e direitos	20.1	(214.866)	64.493	(150.373)	(113.985)	47.219	(66.766)
(-) Recuperação de despesas	20.1	651.071	(651.071)	-	630.652	(630.652)	-
Tributos	20.1	(3.413)	3.413	-	(3.595)	3.595	-
Depreciação e amortização	20.1	(486.316)	(127.586)	(613.902)	(508.628)	83.728	(424.900)
Gastos diversos	20.1	(71.213)	72.644	1.431	(75.216)	71.906	(3.310)
Outras Receltas Operacionais	20.1	101.937	(95.871)	6.066	121.125	(91.624)	29.501
Outras Despesas Operacionais	20.1	(26.658)	(188.852)	(215.510)	(17.312)	(136.433)	(153.745)
Resultado da Atividade		1.961.823	373.274	2.335.097	1.990.673	540.909	2.531.582
Resultado Financeiro		(431.588)	(98.849)	(530.437)	(233.960)	(103.494)	(337.454)
Despesas financeiras		(1.473.357)	-	(1.473.357)	(1.140.784)	-	(1.140.784)
Receitas financeiras		1.041.769	(98.849)	942.920	906.824	(103.494)	803.330
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		1.530.235	274.425	1.804.660	1.756.713	437.415	2.194.128
Despesa com impostos sobre o lucro		(252.317)	311	(252.006)	(218.930)	876	(218.054)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.8	(52.850)	311	(52.539)	(132.807)	46.684	(86.123)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(199.467)	-	(199.467)	(86.123)	(45.808)	(131.931)
Resultado líquido do exercício		1.277.918	274.736	1.552.654	1.537.783	438.291	1.976.074

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

20.1 Reclassificações de apresentação das demonstrações societárias

Diferenças de classificação e apresentação de determinados ativos e passivos, despesas e receitas entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias para atendimento ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e ao OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Dentre as reclassificações destacam-se a apresentação no societário de: despesas e receitas financeiras setoriais líquidas, reclassificações de saldos de P&D e PEE entre taxas regulamentares e serviços em curso, apresentação de multas por inadimplência como receita operacional, dentre outras.

20.2 Consumidores

Os ajustes realizados são oriundos da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão por ser aplicável apenas na contabilidade societária não gera impacto na regulatória. A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

20.3 Ativos e passivos financeiros setoriais

Os ajustes são decorrentes de reclassificações acerca da forma de apresentação dos ativos e passivos financeiros que para fins societários, são apresentados líquidos de acordo com o efeito apurado entre circulante e não circulante e que para fins regulatórios são apresentados brutos conforme requer o MCSE.

20.4 Ativos financeiros de concessão

O ajuste refere-se ao ativo financeiro da concessão no âmbito societário, prática conflitante com as regulatórias, decorre da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, bifurcando assim o ativo imobilizado em duas parcelas:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no VNR classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

20.5 Imobilizado, intangível e obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

20.5.1 Reavaliação compulsória

O ajuste de reavaliação compulsória refere-se à diferença entre o Valor Original Contábil (VOC) e o VNR do ativo imobilizado em serviço, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, em decorrência da última Revisão Tarifária anterior à data de entrada em vigor dos ciclos seguintes, a débito e a crédito das contas contábeis dos grupos de ativo imobilizado, intangível e obrigações vinculadas ao serviço público de energia, respectivamente, de acordo com a natureza do saldo de cada conta, em contrapartida da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

20.5.2 Depreciação e amortização

As divergências entre a depreciação regulatória e a societária referem-se à aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão e, ao registro contábil da reavaliação regulatória pela diferença entre o VOC e o valor do bem avaliado e aprovado pela ANEEL em cada ciclo de revisão tarifária.

20.6 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

20.6.1 Ativo financeiro

Em 11 de setembro de 2012, foi editada a Medida Provisória nº 579, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013 em 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como

base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Para assegurar a melhor estimativa do valor indenizatório ao término do período concessório, realiza-se mensalmente a revisão do valor justo do ativo financeiro, adotando-se como parâmetro de atualização o IPCA. Esta escolha fundamenta-se no fato de o IPCA constituir um dos principais índices de correção utilizados pelo órgão regulador nos processos anuais de reajuste tarifário.

Em 23 de novembro de 2015, mediante a Resolução Normativa ANEEL nº 686/2015, publicada no Diário Oficial da União, efetivou-se a alteração do índice de correção, com a substituição do IGP-M pelo IPCA. Esta mudança considerou igualmente as possíveis variações decorrentes da metodologia de apuração do Valor Novo de Reposição (VNR), garantindo a devida harmonização com os critérios regulatórios vigentes.

20.6.2 Ativo intangível

O efeito é decorrente do estorno do reconhecimento de custos adicionais e juros capitalizados em ordens em curso, reconhecidos na contabilidade societária e que serão amortizados até o prazo final da concessão. Esse ajuste é aceito na contabilidade societária e não é reconhecido na contabilidade regulatória.

20.6.3 Receita e custo de construção (resultado)

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão por ser aplicável apenas na contabilidade societária não gera impacto na regulatória. A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

O referido CPC não é aceito na contabilidade regulatória.

20.6.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

O efeito é decorrente do estorno do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão. Esse ajuste refere-se a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo VNR, é registrada como contrapartida na conta de receita operacional, no resultado do exercício societário. O mesmo é aceito na contabilidade societária e não é aceito na contabilidade regulatória.

20.7 Lucros acumulados

Os ajustes são decorrentes das práticas contábeis divergentes entre a contabilidade regulatória e societária, conforme evidenciado na nota explicativa nº 21 – Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório.

20.8 Tributos Diferidos

Refere-se ao tributo diferido pela diferença do resultado, decorrentes do CPC 47 /IFRS 15 o referido CPC não é aceito pela contabilidade regulatória e da Reavaliação compulsória que não é aceito pela contabilidade societária.

20.9 Reservas de lucros

Ajuste pela destinação do saldo residual do lucro regulatório para outras reservas de lucros após realizadas as destinações definidas na Assembleia calculadas com base no lucro societário.

21 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
Saldos no final do exercício conforme contabilidade societária	5.179.045	4.988.500
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(825.577)	(579.280)
Reavaliação regulatória compulsória (a)	1.768.295	1.871.500
Diferido sobre reavaliação regulatória	(594.403)	(622.843)
Efeito de diferenças entre reserva de lucro regulatória versus societária	(1.706.645)	(1.362.970)
Efeito reserva de reavaliação no societário	(18.088)	(26.676)
Efeito do lucro entre societária e regulatória (b)	(274.736)	(438.291)
Saldos no fim do exercício	4.353.468	4.409.220

- (a) Efeito da reavaliação regulatória não reconhecida na contabilidade societária; e
- (b) Efeito dos ajustes no lucro decorrente das diferenças entre práticas contábeis regulatórias e societárias, conforme descrito na nota explicativa nº 20.5.1 - Reavaliação compulsória.

22 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2025	2024
Lucro líquido conforme contabilidade societária	1.552.654	1.976.074
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(274.736)	(438.291)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) (a)	(333.093)	(303.916)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (b)	122.492	(88.857)
Perdas/ganhos na alienação e desativação	(64.493)	(47.219)
IFRS 15	669	2.576
Outras despesas operacionais	-	1
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(311)	(876)
Lucro líquido regulatório	1.277.918	1.537.783

- a) A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, conforme descrito na nota explicativa nº 20.6.3;
- b) Depreciação - reavaliação regulatória compulsória, vide nota explicativa nº 20.5.1; e
- c) Efeito do reconhecimento inicial do CPC 48/IFRS 9.

23 Eventos subsequentes

Liberação de recurso da 11ª (Décima Primeira) Emissão de Debêntures

Em 13 de fevereiro de 2026, foi realizada a liberação dos recursos referentes à 11ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, emitidas em série única, no montante total de R\$ 800.000. A emissão possui prazo de 12 anos, com juros semestrais e amortização anual a partir do 9º ano, sendo remunerada à taxa de IPCA + 6,57% a.a., com operação de *swap* para CDI - 0,7875% a.a.

Aumento de capital

Em 25 de março de 2026 conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 145, mediante a capitalização parcial do saldo da Reserva Legal, sem emissão de novas ações, nos termos do §1º do artigo 169 da Lei das S.A.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Armando de Souza Nascimento

João Alberto da Silva Neto

Marcos Antônio Souza de Almeida

Conselho Fiscal

Titulares

Cristiane do Amaral Mendonça

Maria Salete Garcia Pinheiro

Paulo Roberto Franceschi

Saulo de Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Eduardo Ramos da Silva

Adilson Celestino de Lima

Claudia Luciana Ceccatto de Trotta

Marizio Martins da Costa

Ricardo Bertucci

Comitê de Auditoria Estatutário

Tiago de Almeida Noel
Coordenador

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Diretoria Executiva

Márcio Caires Vasconcelos
Diretor Presidente

Tatiana Queiroga Vasques
Diretora de Relações com Investidores

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Rubens Jose de Figueiredo Briseno
Diretor

Alexandre Joaquim Santos Cardoso
Diretor

Ênio Cunha Leal
Diretor

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Nierbeth Costa Brito
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA 011842-O-3 S-PA